

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.699, DE 2021

Institui novembro como Mês Nacional da Segurança Aquática e dá outras providências.

Autor: Deputado CARLOS ZARATTINI

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I - RELATÓRIO

Veio a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o Projeto de Lei nº 3.699, de 2021, cujo objetivo é declarar o mês de novembro como sendo o Mês Nacional da Segurança Aquática.

O objetivo é destinar o mês à prevenção de “morbimortalidade” por afogamento e mergulho em águas rasas. Ao longo do mês, serão desenvolvidas ações para educação e prevenção de afogamentos com ações que priorizam divulgar informações de natureza “epidemiológica”, prevenção, resgate de vítimas, divulgação de formas de acesso a órgãos responsáveis pelo socorro. As atividades priorizam áreas de concentração de pessoas para recreação em meio aquático, além de unidades de pronto atendimento, escolas, hotéis, clubes.

Por fim, prevê a possibilidade de celebração de convênios para o cumprimento das ações. A justificativa aponta os afogamentos como grave problema de saúde pública no Brasil, especialmente entre crianças e adolescentes.

O autor ressalta que o texto é o constante de substitutivo já apresentado a projeto arquivado em outra legislatura.



A proposição foi distribuída às Comissões de Seguridade Social e Família, e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Proposição esta sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O Regime de Tramitação é o ordinário, nos termos do art. 151, inciso III do mesmo diploma legal.

Na comissão de mérito, a proposição foi aprovada, em voto datado aos 20 de junho de 2022, da lavra do Deputado Luiz Lima.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie exclusivamente acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto em exame.

Os requisitos constitucionais formais exigidos para a regular tramitação da proposição foram atendidos, na medida em que o projeto visa disciplinar prevenção a acidentes. Ou seja, prevenção de casos de responsabilidade civil (art. 22, I da Const. Fed.), e saúde pública, sendo no último caso de competência legislativa comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 23, II da Const. Fed.)

A iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material, nem à sua juridicidade.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem-nos, no entanto, inadequadas, pois, além de repetitivos os arts. 1º e 2º, abundam em termos técnicos desconhecidos do público em geral, pois são inexistentes nos dicionários mais conhecidos, tornando a lei desnecessariamente de conteúdo



hermético, prejudicando seu alcance social. Eis a razão pela qual substitutivo de técnica para a correção.

Nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Nº 3.699, de 2021, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família (agora Comissão de Saúde), na forma substitutivo de técnica para a correção do Projeto de Lei Nº 3.699, de 2021.

Sala da Comissão, em 04 de maio de 2023.



Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

2023-4902



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.699, DE 2021

Institui novembro como Mês Nacional da Segurança Aquática e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Mês Nacional da Segurança Aquática, a ser comemorado anualmente no mês de novembro.

Parágrafo único. O Mês Nacional da Segurança Aquática destina-se à prevenção dos acidentes por afogamento e mergulho em águas rasas, bem como de suas consequências.

Art. 2º Durante o Mês Nacional da Segurança Aquática, o poder público, em suas esferas federal, estadual, distrital e municipal, envidará esforços para promover ações destinadas à educação para a prevenção dos acidentes em meio aquático.

Parágrafo Único. Para o cumprimento das ações de que trata o *caput*, os órgãos responsáveis poderão celebrar convênio com órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de entidades privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 04 de maio de 2023.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

